

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

EDSON POTSCH MAGALHÃES (*)

I — INTRODUÇÃO

No tema central desta V Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais — Bases de uma Política Agrícola Favorável ao Desenvolvimento Econômico do Brasil — a Assistência Técnica é tópico que se ajusta com propriedade.

Ignoro as razões que inspiraram os dirigentes de nossa SOBER a confiar-me a tarefa e o tema. Talvez, o fato de a Universidade Rural, que tenho a fortuna de dirigir, manter vitorioso programa de cooperação técnica com a Universidade de Purdue, desde 1952, tenha sido a mais forte razão da escolha de meu nome. De qualquer sorte, sinto-me feliz com a oportunidade de pôr em relêvo, nesta Sociedade, o excelente programa de cooperação entre as duas Universidades, que é, sem dúvida, um modelo de Assistência Técnica.

Três outras universidades brasileiras mantêm, hoje, programas cooperativos com universidades norte-americanas. A Universidade do Ceará com a Universidade do Arizona; a do Rio Grande do Sul com a de Wisconsin; e a de São Paulo com a de Ohio. Todos êsses programas dizem respeito, especialmente, ao setor agrônômico, o que mostra calhar com o tema central desta Reunião.

Permitam-me confessar que o êxito do primeiro programa-cooperativo (Viçosa-Purdue) foi a chave que abriu as portas do entendimento para os programas de outras universidades.

Fiquemos, por enquanto, com esta ligeira introdução. Posteriormente, voltarei a focalizar o caso específico Viçosa-Purdue.

(*) Professor Catedrático de Economia Rural e Reitor da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

II — CONCEITUAÇÃO

Penso que a Assistência Técnica deve ser entendida, hoje, como uma das mais valiosas contribuições que alguns países proporcionam para a tarefa de melhoramento de determinado grupo de países menos desenvolvidos. Dita Assistência vem, especialmente, de democracias ocidentais desenvolvidas.

Ao dizer-se que é uma das mais valiosas contribuições, não se afirma, de modo algum, que ela em si mesma ou por si mesma tenha as condições necessárias e suficientes para promover as transformações imprescindíveis ao desejável desenvolvimento ou melhoramento.

Não creio que valesse a pena analisar o problema em pormenores, pelo menos nesta oportunidade. Sinto, porém, haver pessoas de responsabilidade que admitem ser a Assistência Técnica instrumental infalível na solução desse cruelíssimo problema do nosso tempo. Há uma ânsia em toda a parte no sentido de se elevarem os padrões de bem-estar do maior número. Tem havido progresso, não há como negar, mas muito aquém do que seria naturalmente desejável. Mesmo progressos essencialmente econômicos, suscetíveis de mensuração, não identificam, de modo preciso, a melhoria dos padrões de bem-estar.

De outra parte, é curioso verificar que, nos países desenvolvidos, coincidem a falta de assistência técnica ou de conhecimento tecnológico com defeituosa ou condenável estrutura agrária, não satisfatório sistema de crédito e velhas e inadequadas práticas de comercialização. Há de registrar-se, ainda, que é baixa a escala de valores e o povo rural, às vezes nem sequer alfabetizado, é carente de educação, desconhece o conceito de liberdade em sua essência e extensão, e se revela pobre em suas decisões de escolha.

O quadro é contristador e realístico. A Assistência Técnica há de revelar-se através de vários ângulos, a fim de que ela atinja os seus reais objetivos. Relacionada com a cultura e a escala de valores dos povos a que visa, compreende-se logo ser necessário que ela se condicione a programas de prazo longo. Nenhum programa a curto prazo, menos de 10 anos, poderá lograr resultados positivos e duradouros.

III — PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Programas de Assistência Técnica têm havido, partidos de diferentes governos, organizações e fundações. Alguns são simples e de curta duração. Outros se revelam de maior amplitude e visam a mais extensos períodos de tempo. Há programas de caráter nacional e colonial. A Inglaterra, por exemplo, desenvolveu amplos programas em suas colônias africanas e na própria Índia. É inquestionável que alguns desses programas foram vitoriosos; outros, porém, falharam. A França, Portugal, Bélgica, Holanda etc. desenvolveram projetos de assistência técnica.

Diversas Fundações, haja visto a Ford e a Rockefeller, desde longo tempo vêm prestando assistência técnica a diferentes países e através de modalidades várias. Assistência a Universidades para equipamento de laboratórios, bolsas de estudos, contratação de professores, formação de aprimoramento de bibliotecas, experimentação e pesquisa, construções, programas agrícolas, tem sido prestada por Fundações a países como Brasil, México, Índia etc.. Temos sido generosamente beneficiados, no Brasil, por programas de cooperação entre Fundações e Universidades, mesmo porque, tendo-se em conta a importância do elemento humano qualificado, geralmente escasso, e o fato de que os programas devem ser de prazo longo, permitem o preparo de maior número de técnicos do próprio país. Se é verdade, e força é reconhecer, que elementos excelentes do ponto de vista profissional e humano são enviados ao exterior em programas de Assistência Técnica, — também é evidente que os organismos assistentes não contam com bons técnicos em número suficiente para atender à crescente demanda. Ademais, muitas vezes são escolhidos homens já amadurecidos, sem a resistência física necessária para a grande batalha a ser travada. O desconhecimento do idioma nacional e a natural ignorância dos reais problemas do país a assistir, as aspirações de seu povo, sua escala de valores, sua natural desconfiança ou prevenção, tudo contribui para reduzir o êxito das tarefas cometidas a esses agentes de Assistência Técnica.

Missões de Assistência Técnica têm sido enviadas de governo a governo, a fim de atender a objetivos diversos. Aqui, nosso interesse se volta particularmente para os programas relacionados com a agricultura.

Dentre os vários programas conhecidos, merecem especial destaque os das Nações Unidas, os do Ponto IV, hoje

Aliança para o Progresso e o chamado Plano Colombo para o desenvolvimento de uma parte da Ásia.

Não se há de perder de vista que todos êsses programas têm implicações tanto para com os países ou organizações que os promovem, quanto para os países menos desenvolvidos, que os recebem. Não se podem ignorar as implicações políticas de seu contexto, as contra-partidas que êles reclamam, especialmente a tônica permanente de democracia em oposição aos chamados regimes de exceção. Facilidades para investimento de capitais, oportunidades para um fluxo de comércio em que produtos acabados se permutam por alimentos e matérias primas, compromissos com vista a transformação de velhas estruturas e eliminação de conhecidos privilégios e monopólios, combate sem trêguas à inflação crônica e às vezes aguda, desestatização de empresas e capitais com vistas à sua democratização soã algumas das muitas contrapartidas que se reclamam. E não se há de esquecer dos compromissos e injunções militares, cujos objetivos mais essenciais nem sempre são convenientemente esclarecidos.

As Nações Unidas, sem embargo das críticas contra a Organização assacadas, vêm prestando assinalados benefícios à humanidade. Estabeleceu, em outubro de 1945, uma de suas agências especializadas de maior interesse para o tema desta Reunião, que é a FAO. Seus propósitos são melhorar a eficiência da produção e distribuição de todos os produtos agrícolas, elevar o padrão de vida das populações rurais e o nível de nutrição de todo o mundo e contribuir, de resto, para a expansão da economia mundial. Êsses propósitos hão de ser conseguidos através de vários expedientes tais como:

a) coletar dados e fatos relacionados com a agricultura, florestas, pesca, alimento e nutrição, organizá-los e colocá-los à disposição de todos os governos e ainda avaliar a perspectiva da oferta e procura dos produtos agrícolas;

b) servir como agência consultiva mundial que desenvolve e torna disponível o conhecimento técnico e científico em tôdas as fases da produção e distribuição; e

c) servir como forum capaz de reunir os governos para a ação internacional.

A FAO é uma realidade universal e seus benefícios são largamente acolhidos em tôda parte. Nela têm estado e continuam técnicos brasileiros de alto saber e proficiência, prestando seus valiosos serviços profissionais. Dela têm vindo valores expressivos, a fim de ajudar-nos nas várias áreas de sua preocupação e do nosso superior interesse. Vê-se que a

FAO, a despeito de seus limitados recursos, cumpre o programa de Assistência Técnica que se traçou e conquista reconhecimento público de toda a parte. Sua ação é visível, quer na área executiva quer no campo consultivo, como agência de assistência técnica.

O Presidente Harry Truman, dos Estados Unidos, com vistas ao programa internacional daquele país, estabeleceu o programa chamado Ponto IV, cujos objetivos visavam a partilhar o conhecimento, as habilidades técnicas e o capital norte americano com os países menos desenvolvidos. O Ponto IV, através da Agência para o Desenvolvimento Internacional, cêdo se espalhou pelo mundo quase todo, graças à fabulosa fortuna acumulada pelo país e à determinação de seu povo e govêrno de fazer com que as populações que o desejassem viessem a partilhar daquilo que livre e democráticamente se oferecia sob a melhor inspiração. Através dos mais variados órgãos e sob diferentes formas, o Ponto IV se fêz conhecido em toda a parte, afirmando a presença norte americana, colhendo frutos e vitórias aqui e acolá e registrando, como era natural, algumas falhas e insucessos.

O Ponto IV cedeu lugar à Aliança para o Progresso, já em seu sexto ano de intensa atividade. Inspirada, em verdade, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, sob a denominação de Operação Pan-Americana, surgiu graças ao Prsidente Kennedy, em Punta del Este. Etamos muito longe das metas preconizadas por aquela carta.

De qualquer sorte, impõe-se perseguir ditas metas para que possamos ter mais administradores e agricultores, cientistas, trabalhadores treinados para a sociedade moderna, maior número e melhores moradias, água, transporte, alimentos, educação, saúde, mais elevado padrão de bem estar.

E através da Aliança para o Progresso a Assistência Técnica continua seu fluxo estimulador, especialmente porque ela se acompanha de recursos financeiros para investimento.

O Plano Marshall, que se seguiu à Segunda Grande Guerra e foi inútilmente reclamado pela América Latina, tinha programa próprio e filosofia definida. Reconstruir, e não construir, eraseu "slogan". Então, apenas as nações cicatrizadas pela Guerra poderiam e deveriam beneficiar-se dêle. Inglaterra, França, Itália, Alemanha Ocidental foram largamente beneficiadas. Desenvolveu-se como um programa de fornecimento de capitais para investimentos, evidentemente sob várias formas, mas não se tratou de

transferência de conhecimentos, de habilidades, de tecnologia, de "know-how". Disto não precisava a Europa Ocidental, mesmo porque isto não foi destruído pela Guerra.

O Plano Colombo, a despeito de ambicioso em seus objetivos, não contou com recursos financeiros maciços. Deixava a execução dos projetos aos governos dos diferentes países e, daí, não surpreender que tenha havido terrível malversação naquelas longínquas e despreparadas regiões da Ásia.

IV — ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PAÍS

Somos um país carente de assistência técnica. Precisamos de assistência técnica externa e temos o dever de difundir, no país, a assistência técnica conhecida e disponível. É, ainda, imperativo que se descubram novas técnicas, que se aprimorem os conhecimentos, que se aperfeiçoem as habilidades em todos os setores e de modo particular na agricultura. Pesquisar e experimentar são deveres inadiáveis. Sem pesquisa e experimentação compromete-se o desenvolvimento. Ademais, os achados que se prestam a determinados países e áreas nem sempre se ajustam à realidade brasileira. E dentro da vastidão pátria há, necessariamente, muitas realidades. Para cada uma delas, muitas vezes, são reclamadas tecnologias diferentes. As dimensões continentais do país nos têm conduzido, lamentavelmente, à posição de certo ufanismo ou comodismo, o que nos tem pôsto a esperar em vez de nos preparar para aceitar os desafios da grandeza territorial e dos problemas que surgem dessa mesma grandeza.

Aspiramos a maior produção como base para melhoria do nosso padrão de vida. Lembra-me que a carta de Punta del Este estabeleceu uma meta de dois e meio por cento "per capita" como um mínimo anual. Temos conseguido isto. Os problemas aí estão, no entanto, a desafiar-nos. A despeito de avanços relativamente importantes na tecnologia agrícola, a produção por hectare permaneceu quase que estacionária. Tem-se como certo que o aumento quantitativo decorre especialmente da utilização de novas áreas. Dentro de 5 anos a população deverá estar acrescida de 16 milhões e a força trabalho aumentada de 6 milhões, que demandarão novos empregos e que só serão possíveis em uma economia vitalizada e em expansão. Novas exigências de moradia, transporte, escolas, alimentação, hospitais, se constituirão em novos desafios. E no meio rural, novas técnicas,

fertilizantes, fungicidas, inseticidas, herbicidas, novas linhagens vegetais e animais, de maior capacidade produtiva e maior resistência, maquinaria, irrigação, facilidades para armazenamento, crédito, eletrificação, estradas, mais aperfeiçoados processos de comercialização, tudo se forma em um caudal de problemas que são verdadeiros desafios.

Sem dúvida, melhoramentos de tecnologia agrícola e aumentos no capital e nas habilidades são condições essenciais para que a capacidade do homem produza mais alimentos e fibras, a fim de corresponder à crescente demanda da população.

Assistência Técnica se procurou fazer desde muito tempo, internamente, mas por processos inadequados, geralmente paternalísticos e sem programação e recursos convenientes. Fomento se entendia por forma de assistência técnica. A partir de 1948, com o início da ACAR em Minas Gerais, iniciou-se uma nova fase em que através dos serviços de extensão se procurava levar ao homem do campo a tecnologia que mais lhe convinha. A semente lançada em Minas Gerais desenvolveu-se e deu frutos que convenceram de tal sorte, que outros Estados se decidiram a embarcar em programa semelhante. Mais adiante surge a ABCAR que, como órgão de cúpula, coordena os programas nos Estados. O êxito do sistema, que tem sido acoimado de dispendioso (haverá sistema melhor ou semelhante e menos oneroso?) é tão extraordinário que conquistou pronto reconhecimento nacional, tanto público quanto privado. Quase todos os Estados contam, hoje, com programas de extensão.

Vale reconhecer e proclamar, no entanto, que antes do sistema de extensão e ainda hoje, numerosas instituições, aqui e acolá, promovem, com sucesso, programas permanentes de assistência técnica. Repete-se, aqui, que a assistência técnica pode e é prestada sob as mais diversas formas e modalidades. Facetas dignas de especial referência, no que tange aos programas de extensão, são as seguintes:

- a) a assistência creditícia, através do crédito supervisionado ou orientado, é uma realidade;
- b) os técnicos não são servidores públicos mas trabalham segundo os padrões das leis trabalhistas e em regime de dedicação exclusiva;
- c) dispõem de permanente modalidade, e participam da vida rural, vivendo-a intensamente com os agricultores;
- d) há preocupação constante no sentido de que os extensionistas não se desatualizem e, para isto, promovem-se cursos periódicos de revisão e atualização.

Convém, a esta altura, pôr em relêvo que a corrente ensino, experimentação, pesquisa e extensão vem sendo decisiva em muitas áreas e que, no Brasil, temos ainda muito que fazer nesse setor. Impõe-se que se aliem as organizações públicas e privadas, as fundações, as universidades e escolas, as estações experimentais, os órgãos de pesquisa, as instituições de crédito e os programas de extensão.

Se os avanços tecnológicos e investimentos na agricultura norte-americana, na do Japão e na de vários países europeus não são ainda possíveis nos trópicos brasileiros, impõe-se, de qualquer modo, esforço sério e consciente com vistas à diminuição das amplas diferenças entre aquelas economias e a nossa.

A produtividade, tanto vegetal como animal, provê boas indicações relativamente ao nível tecnológico. E é já acaciano afirmar que os índices de produtividade da agropecuária brasileira são muito baixos. O consumo de fertilizantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, o uso de linhagens aprimoradas de animais e plantas e o número de tratores são geralmente indicações que revelam variações de produtividade ou em rendimentos por animal, planta, área e homem.

Os países que têm revelado mais rápido progresso econômico são precisamente aqueles onde a produtividade é maior; utilizam fatores de produção que efetivamente contribuem para o aumento dos rendimentos; trazem de nações mais desenvolvidas as experiências e o conhecimento tecnológico adquiridos e os aplicam em esforço sério, dispostos a resolver problemas tradicionais e desafiadores. Japão e Israel são dois dos mais expressivos exemplos que merecem meditação e análise. Questão fundamental é a do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e tecnologias no próprio país, através da experimentação, da pesquisa e do ensino. Transferência de tecnologias e habilidades nem sempre se podem fazer com sucesso no campo da agropecuária. E vale registrar que, infelizmente e muitas vezes, se buscam fora do país tecnologias a ser ainda provadas aqui e se ignora o que se faz, com sucesso, em determinadas propriedades agrícolas ou mesmo em áreas limitadas. Os frutos da experimentação e pesquisa conduzidos no país são, naturalmente, mais merecedores de atenção e confiança. Convém que se estabeleçam sólidas relações entre pesquisadores e extensionistas, de modo a se beneficiarem mutuamente os dois grupos e a sociedade como um todo. Os resultados da experimentação e pesquisa só completam seu

sentido quando postos ao alcance daqueles que os vão usar. Aos extensionistas compete a tarefa de difundir os achados e também a de trazer os problemas que desafiam o homem do campo para que o pesquisador ou o experimentador indique a solução mais adequada.

Convém, a esta altura, lembrar que a assistência técnica sem capital para investimento, sem fatores de produção acessíveis no momento em que se fazem necessários e a custos que justifiquem sua aplicação, perde consideravelmente seu efeito positivo.

V — PROJETO PURDUE-UREMG

Retorno, agora, à passagem introdutória, com o propósito de pôr em relêvo o PROJETO PURDUE-UREMG que é, sem favor, um modelo de Programa de Assistência Técnica.

A experiência vivida por Viçosa, em suas relações com Purdue, desde 1952, tem sido de valor excepcional. O balanço das transações tem apresentado sempre um saldo positivo para a Universidade Rural, o que vale dizer para o Estado de Minas e para o Brasil. O sucesso cêdo revelado foi chave, como disse no início, capaz de abrir as portas de entendimentos entre outras universidades brasileiras e norte-americanas.

Tenho robustecido a convicção de que os programas cooperativos entre universidades, evidentemente com o beneplácito e o apoio dos respectivos governos, são dos mais efetivos e dos que maiores e mais rápidos retornos podem proporcionar.

Livres de injunções políticas inferiores e alheios a interesses subalternos, conduzidos por homens de formação universitária, capazes de colocar a educação e a cultura em plano elevado, com vistas ao alevantamento do padrão de bem-estar do maior número, êsses programas de assistência técnica são da mais promissora rentabilidade. Número relativamente pequeno de especialistas de alto nível se coloca lado a lado com professores e técnicos nacionais. E todos em contato com as sucessivas turmas de discentes. Esta é uma forma de assistência técnica que funciona, realmente, como um multiplicador, porque são muitos e muitos os que se beneficiam dos conhecimentos, habilidades e experiências de pequeno número. Digno ainda de registro é o fato de que a vida universitária propicia ambiente mais adequado ao desenvolvimento de melhores relações não apenas profissionais mas também humanas. Pretender apenas

o "know-how" é desejar pouco e emprestar sentido não humano às relações. A experiência de Viçosa tem revelado aspectos curiosos desse estreitamento de relações humanas que contribui decididamente para melhor utilização dos valores profissionais e técnicos.

Além dos excelentes resultados das relações sociais entre as duas universidades e os dois povos, numa demonstração valiosa de "goodwill", o programa cooperativo tem permitido a grande número de professores e elementos da administração superior viajar para os Estados Unidos, ora para realizarem cursos de pós-graduação, ora para cursos mais rápidos ou, ainda, para simples atualização.

Foi esta forma de assistência técnica que contribuiu notavelmente para a expansão e o desenvolvimeto da Universidade Rural, já que o governo de Minas, avaliando o alcance do programa, emprestou à UREMG seu valioso e imprescindível suporte.

Além de professores de alto nível, dos melhores dos quadros da Universidade de Purdue, alguns deles figuras exponenciais da SOBER, recursos materiais sob a forma de livros, periódicos, equipamento de toda a espécie, drogas para pesquisas e análises têm sido canalizados para a UREMIG.

Os professores e especialistas permitiram a criação, hoje, vitoriosa, da primeira Escola Superior de Ciências Domésticas do Brasil, cujo reconhecimento atravessou fronteiras latino-americanas e atraiu alunas de vários países. Já se graduaram em Viçosa 10 turmas de bacharelas em Ciências Domésticas.

Graças a essa Assistência tornou-se possível, também, o estabelecimento da primeira Escola de Pós-Graduação do Brasil, a qual já matriculou 269 alunos e conferiu 78 graus de Magister Scientiae (M.S.) em diversas áreas do conhecimento.

Ainda contando com tão valiosa colaboração, desenvolveram-se os programas de experimentação, pesquisa e extensão. Aprimoraram-se os cursos de graduação. Ampliaram-me e enriqueceram-se os laboratórios. Brasileiros e norte-americanos, trabalhando lado a lado, sem discriminação e sem superioridade, tornaram possível a transplantação de novas tecnologias, ajustando-se sem perda de tempo à realidade brasileira.

Sucessivos convênios foram celebrados e, partindo-se de 2 técnicos em 1952, chegou-se a 15, em 1966.

Os técnicos norte-americanos têm sido trazidos para diferentes áreas, de acôrdo com o interêsse revelado pela UREMG, e 33 dêles já estiveram ou estão prestando serviços à Universidade.

O Programa tem permitido, também, a visita de altas personalidades da Universidade de Purdue, inclusive seu notável Presidente, Dr. Frederick L. Hovde.

VI — CONCLUSÃO

Ao concluir esta contribuição, cujo desalinho é evidente por si mesmo, espero ter deixado abertas numerosas janelas ou mesmo portas para críticas e debates.

Noã se trata de trabalho técnico, mas de considerações gerais acêrca de um tema de palpitante interêsse.

Lembra-me, aqui, o Pe. Antônio Vieira em carta ao Rei de Portugal e que se tornou famosa. Parodiando, peço-vos desculpas por haver sido longo, já que me faltou tempo para ser breve.

Comentador: *Oriovaldo Queda*

Se me permitirem eu começarei pelas conclusões, quando o autor diz o seguinte: "Não se trata de trabalho técnico, mas de considerações gerais acêrca de um tema de palpitante interesse". Estou de pleno acôrdo com esta conclusão. E me baseando nesta frase, difícil se torna tecer algumas considerações, desde que o próprio autor afirma não se tratar de trabalho técnico, mas considerações gerais e portanto considerações de ordem pessoal. Diz êle que a assistência técnica deve ser entendida hoje como uma das mais valiosas contribuições que alguns países proporcionam à tarefa de melhoramento de determinado grupo de países menos desenvolvidos, e se nós formos analisar o resto do trabalho me parece que o autor limitou o campo do que êle entende por assistência técnica, a qual ficou ao âmbito de convênios e acôrds de país a país ou de universidade a universidade. Assim, parece-me que foi uma restrição um pouco imprópria, devido a que mais alguma coisa, um conceito, uma precisão do conceito de assistência técnica deveria ter sido tentada, embora logo adiante êle vá tratar rapidamente do problema de assistência técnica dentro do país. Porém, tomando essa limitação, vamos ficar dentro do campo da assistência técnica a que o autor se refere. Convém então perguntar, se essa assistência técnica no plano de país a país e no plano de universidade a universidade tem realmente respondido ao que se pretende dela. Aqui duas ordens de fatores nós devemos argüir, e o primeiro fator, de todos conhecido, e que o próprio autor cita na pág. 3, é o seguinte: o conhecimento do idioma nacional e a natural ignorância dos reais problemas do país a assistir, as aspirações de seu povo, sua escala de valores e sua natural desconfiança ou prevenção, tudo contribui para reduzir o êxito das tarefas cometidas a êsses agentes da assistência técnica. Assim sendo, parece-me que o trabalho deveria perguntar, ou deveria responder, se nesse campo, os técnicos estrangeiros que para cá têm vindo, têm resolvido ou têm su-

perado estes problemas apontados pelo autor. Infelizmente o trabalho não diz alguma coisa a respeito ou nem de leve toca neste sentido. Eu acho que em se tratando de assistência técnica, num congresso que se propõe a traçar uma base para diretrizes de desenvolvimento, alguma coisa deveria ter sido levantada a este respeito e o outro aspecto, o outro fator, é saber se esta assistência técnica atinge a toda a população rural. Estamos falando de convênios de país a país, estamos falando de convênios ou de projetos entre universidades, mas me parece que estes convênios ou esta assistência técnica só atenderão à finalidade quando a população rural fôr tocada no caso. Então convém saber também se realmente houve mudança de estrutura nessa sociedade rural ou se houve alterações na estrutura de classe, ou se houve alteração, enfim, de toda a sociedade rural e não apenas em parcela desta sociedade rural, onde normalmente esta assistência técnica tem sido dirigida. Aqui eu me reporto ao seguinte fato: normalmente ao se falar em assistência técnica promovida por órgãos oficiais ou particulares, a assistência técnica está intimamente ligada a proprietário rural. Fala-se em assistência à população rural (e agora entre aspas eu coloco) "Mas a assistência dirigida à classe de proprietários e dentro a classe de proprietários". Ou porque a assistência técnica também não se dirige à classe de trabalhadores rurais, ou àqueles que são engenheiros agrônomos ou que têm alguma vivência de prestação de assistência técnica tem uma rápida resposta. Basta tentar-se qualquer programa de assistência técnica ao trabalhador para que este técnico seja automaticamente marginalizado dentro da organização a que ele pertence. Pois dentro deste campo eu gostaria que o trabalho me respondesse a estas perguntas: se esta assistência entre as universidades tem provado eficiência, e se esta eficiência colocada dentro das universidades tem se estendido à população rural e se tem realmente melhorado o nível de vida da população rural. Como eu disse de início, o trabalho, como o próprio autor define, não é técnico, e então fica-se em termos pessoais e é muito fácil se atritar na discussão destes problemas. Eu não sei se fica clara a minha questão, mas eu acho que os dois problemas deveriam ter sido abordados, e já que se procura bases para política de desenvolvimento agrícola, estes dois pontos deveriam ter sido levantados, em termos de se conseguir uma resposta para eles, ou então se ter feito uma avaliação do que até então tem sido efetua-

do. O autor cita o projeto entre Purdue e a UREMG, mas não cita dados, ou melhor, cita dados de cursos realizados, indivíduos formados, laboratórios aumentados, prédios construídos, mas que não permite, a quem se dê ao cuidado de ler o trabalho, verificar se houve alteração desta estrutura da sociedade rural. Eu acho que em síntese era o que eu poderia comentar, desde que mais uma vez eu friso fui pego de surpresa e com pouco tempo para comentar o trabalho.

Comentador: *Bernard Erven*

O Professor Potsch apresentou um trabalho que serviu de subsídio para o entendimento de uma das funções da assistência técnica numa política agrícola favorável ao desenvolvimento econômico do Brasil. Meus comentários vão ser basicamente de forma resumida. Será feita também uma expansão de alguns pontos para apresentação. Parece-me que o Professor Potsch oferece no mínimo quatro contribuições importantes neste trabalho: A 1.^a contribuição — acho que a atitude do Professor Potsch sobre os técnicos estrangeiros é interessante e benéfica para a organização de programas para o futuro. Mas, especificamente após 15 anos de convênio da Universidade Rural de Viçosa com Purdue e depois da contratação de 33 técnicos norte-americanos, este economista famoso, com capacidade conhecida por todos, pode falar de maneira otimista sobre as possibilidades dos programas de assistência técnica entre entidades americanas e brasileiras. Isto é importante, porque é comum nos primeiros anos destes programas que ambos os lados participantes tenham dúvidas sobre o sucesso e o futuro dos projetos. A 2.^a contribuição — o Professor Potsch identificou pelo menos 5 fatores associados aos sucessos de programas de assistência técnica. Ele não está necessariamente concluindo que estes são problemas gerais, mas baseado na sua experiência, foram de certo sentidos nos programas que ele também conhece. Estes cinco fatores são: 1.^o — de prazo dos programas. Ele considerou 10 anos o prazo mínimo. Eu vou comentar um pouco sobre esta recomendação na última parte deste comentário. O 2.^o fator identificado, a qualidade dos técnicos estrangeiros. Eu concordo 100% com a palavra dele; os organismos existentes não contam com bons técnicos e número suficiente para atender à crescente demanda. O 3.^o fator identificado, a necessidade de investimentos complementares para pressentir mudanças no sistema necessárias para o seu progresso. O 4.^o — entendimento, fator bem importante para o êxito deste tipo de progra-

ma. Nas palavras do Professor Potsch, o sucesso cêdo revelado foi chave de abrir as portas do entendimento entre as Universidades brasileiras e norte-americanas. O 5.^o fator é o de modificações políticas. Os programas devem ter políticas que prometem às entidades brasileiras realizar seus objetivos. Estas políticas são de vários tipos, e infelizmente o Professor Potsch não pôde desenvolver êste ponto muito importante. A 3.^a contribuição dêste trabalho é um breve sumário da história dos programas de assistência técnica. A 4.^a contribuição, na minha opinião, é uma ênfase na importância de colocar lado a lado os professôres e técnicos brasileiros em contato com um relativamente pequeno número de especialistas estrangeiros. O ponto do Professor Potsch, que eu penso ser fundamental, é que esta forma de assistência técnica funciona como um multiplicador. Após êste resumo, vou apresentar uma expansão de alguns pontos. Penso que o Professor Potsch está usando para êste trabalho uma definição relativamente estreita para o termo assistência técnica. Evidentemente êle quis se concentrar mais na assistência técnica das entidades estrangeiras, mas também êle tem alguns comentários sôbre programas de extensão da ACAR em Minas Gerais. Acho que devemos reconhecer que existem pelo menos três tipos importantes de assistência técnica: o 1.^o tipo da assistência técnica é a de entidades estrangeiras. Talvez êste fôsse um título mais apropriado e descritivo dêste trabalho, porque esta é a ênfase do autor; o 2.^o tipo de assistência é através de programas de extensão, por exemplo ACAR, ABCAR, ACARESC, e os programas de Secretarias da Agricultura e do Ministério da Agricultura; o 3.^o tipo de assistência é de intercâmbio de entidades nacionais. Penso que êste tipo de assistência não tem tido ênfase suficiente nas políticas de desenvolvimento agrário. Também êste aspecto o Professor Potsch não considerou no seu trabalho. Minha observação é que agora é mais fácil, por exemplo, para uma Universidade conseguir assistência técnica de uma Universidade norte-americana, do que uma outra Universidade ou entidade brasileira. Mas muitas vêzes técnicos brasileiros têm mais condições para dar assistência do que técnicos estrangeiros, sem conhecimento e experiência dos problemas brasileiros. O Professor Potsch na pág. 2 disse que: "Nenhum programa a curto prazo, com menos de 10 anos, poderá lograr resultados positivos e duradouros". Parece-me que esta observação tem valor, pois os problemas não são tão fáceis, mas também esta generalização do prazo de 10 anos nem sempre pode ser

aplicada. Eu prefiro dizer que o prazo de um programa depende de 3 fatores: O 1.º fator é o objetivo do programa; por exemplo, assistência ao programa de pesquisa estabelecida versus assistência à formação de programas de pós-graduação. Estes são programas completamente diferentes, mas estão ainda dentro do campo de assistência técnica. Mas o prazo, acho que deve ser diferente. O 2.º fator são as condições das entidades brasileiras para receber assistência, e o 3.º fator é a capacidade e a experiência da entidade estrangeira. No comentário final da pág. 8 o autor falou sobre facêtas dignas no que tange ao programa de extensão. Meu comentário é relacionado à 2.ª facêta, onde êle diz que os técnicos não são servidores públicos, mas trabalham segundo os padrões das leis trabalhistas e em regime de dedicação exclusiva. Eu suponho que o Professor Potsch esteja falando em termos de sua experiência pessoal em Minas Gerais. Nossa experiência no Rio Grande do Sul é diferente disso. Nossos contatos através da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é através do nosso convênio da Universidade do Rio Grande do Sul com a Secretaria da Agricultura. Estes contatos nos dão a impressão que êstes servidores públicos da Secretaria da Agricultura em regime parcial estão fazendo contribuições importantes, por exemplo, a introdução de pastagens artificiais, inseticidas, sementes melhoradas e programa de classificação e análises dos solos. E o que é o mais importante, os técnicos da Secretaria de Agricultura instruíram os agricultores a usar êstes novos insumos. Mas eu não estou afirmando que os outros órgãos extencionistas não estejam fazendo contribuições importantes. Estes são os meus comentários sôbre o trabalho do Dr. Potsch. Êle afirmou ter deixado abertas inúmeras janelas ou mesmos portas para críticas e debates. Com isso o Professor Potsch reconhece que o problema é bem mais amplo, apresentando muitos outros aspectos para discutir. Eu concordo plenamente com isso. Muito obrigado.

DEBATES:

Dr. Antônio Rodrigues Coutinho

Sr. Presidente,

É realmente uma delícia a gente assistir a uma exposição do Professor Potsch Magalhães, pela precisão, pela propriedade de expressão, e não é por acaso que o Professor Potsch a meu ver é o mais brilhante professor de Economia Rural do Brasil. Ele abordou o problema dos técnicos estrangeiros com muita propriedade, salvo exceções que eu faço questão de frisar, o Dr. Woods Thomas aqui presente, o Dr. Schuh, Dr. Wheeler, o técnico em amostragem, Professor Jabaine e o Dr. Hillman. A maior parte dos técnicos estrangeiros que eu conheci me dá a impressão de um cidadão que se corresponde com outro através de cartas, desconhecendo no entanto o seu amigo por correspondência, e depois, resolvendo conhecer este amigo resolve trazer-lhe uma roupa. Chegando ao local do destino oferece a roupa e fica danado da vida quando esta roupa não se ajusta. não se amolda ao seu amigo ou é grande demais ou pequena demais. E isto ocorre com a maior parte dos técnicos estrangeiros. Eles vêm para cá com absoluta insensibilidade para com a cultura local; nunca ouviram falar em redução sociológica, pensam que o ideal para eles deve ser consequentemente ideal para nós; chegam aqui, aplicam o plano com desconhecimento absoluto do meio, e permitam minha expressão vulgar, "dão com os burros n'água". Eu acho que o planejamento da Economia Rural brasileira deve ser feito pelos brasileiros conhecedores. Por exemplo, nós temos um Ruy Miller Paiva, nós temos um Rubens Araújo Dias, um Edson Potsch Magalhães, para que trazer cidadãos que não tenham vivência do assunto? Eu mesmo assisti em Viçosa um cidadão deste convênio Viçosa/Purdue ensinando um assunto em que o Professor Édson Magalhães era imensamente superior a ele, apenas porque ele fazia parte do convênio. Esses acórdos propiciam geralmente para os técnicos brasi-

leiros e para as organizações, um suprimento de dólar muito agradável; mas para o Brasil, em grande parte, eu estou de acôrdo com as observações do 1.º comentarista. Sou perfeitamente favorável à vinda de técnicos para preencher lacunas culturais; por exemplo, o Professor Jabaine veio para o Brasil e prestou uma contribuição imensa ensinando a estatística oficial na época, e técnica de amostragem. Apesar de nós termos o Salomão Shatan em São Paulo, muito poucos no Brasil conheciam a técnica de amostragem, então o Jabaine veio preencher esta lacuna. Porém vir para nos ensinar aquilo que nós já sabemos, me faz lembrar aquelas palavras das famosas cartas régias do tempo do Brasil Império, em que os jesuítas recomendavam aos seus adeptos “Vão para lá ensinar o que êles sabem e tomem o que êles têm”. O Professor Potsch Magalhães abordou um assunto com que infelizmente eu não posso concordar, porque quem estudou na época o plano Marshall, sabe que, ao contrário do que êle afirma, não foi uma maravilha para a Europa, tanto não foi maravilha, que depois da guerra os países se reuniram e verificaram que eram precisos vinte bilhões de dólares para matar a fome do povo europeu. Êste auxílio foi dado 2 anos após, porque quem tinha que morrer de fome já estava morto; e foi dado na forma de 2 bilhões de dólares; a maior parte, em produtos elaborados e excedentes de guerra nos Estados Unidos, teve na Europa um administrador com capacidade de confiscar matérias primas que interessassem à indústria americana. De modo que eu não desejava para o Brasil êste tipo de assistência técnica.

Dr. Otto Vergara

Com o devido respeito ao Magnífico Reitor da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, eu gostaria de fazer uma pergunta, considerando a existência da assistência técnica ao nível dos agricultores, que já é uma realidade, como bem disse, com os seus 10 anos de existência no Estado de Minas Gerais, talvez chegando a 15 anos, mas que talvez possa ser melhorada e talvez seja essa nossa preocupação maior.

Alguma coisa poderá ser feita neste sentido, e eu tenho a impressão de que um dos aspectos limitantes da extensão rural ao nível do agricultor reside no fato da criação de uma procura de “inputs” para a agricultura, e que na medida em que a infra-estrutura não está preparada, não há condições infra-estruturais para propiciar a oferta destes

“inputs”. Criaria um estrangulamento muito grande e uma frustração dos agricultores em ter acesso a êsses “inputs”, como por exemplo é o caso de regiões que não estão servidas ainda por sistema de transportes e que no entanto precisam de certos “inputs”. Mas com a extensão, com os técnicos extensionistas, êles procuram criar esta demanda e no entanto é difícil para êstes agricultores que estão nesta região menos favorecida terem acesso a êsses produtos. Eu perguntaria portanto ao Dr. Potsch, como foi dito aqui, um dos melhores professôres de economia rural do Brasil, um dos pioneiros, como poderia ser feita alguma coisa neste sentido, de modo que pudéssemos adequar da melhor maneira possível o sistema extensionista ao nível do agricultor, de modo a não criar uma procura por êstes insumos sem que possa êle ser favorecido ou sem que êle possa ser atendido o agricultor. Muito obrigado.

Dr. Victor José Pellegrini

Meus amigos: Eu não vou fazer nenhuma indagação ao Professor Potsch, muito menos trazer algo de nôvo ao debate, mas simplesmente dizer uma palavra em favor da assistência técnica internacional, que é o assunto que está se discutindo aqui no momento. Por mais que queiramos ser críticos à assistência técnica estrangeira, quer seja através da F.A.O., da A.I.D., das Universidades, nós devemos lembrar que muitas dentre as coisas novas e boas que aconteceram à nossa agricultura foram frutos da iniciativa desta assistência técnica internacional. O programa da ABCAR é um exemplo mais do que claro da transplantação do método de extensão que vigorou tão bem nos Estados Unidos, e que foi implantado no Brasil e hoje é uma das belas coisas que nós temos no País. Mais recentemente posso dar um exemplo de experiência própria, com a implantação do sistema de informação de mercado em âmbito nacional, ou pelo menos tentativamente de âmbito nacional. Nós reconhecemos, evidentemente, que muitas vêzes é difícil para um bom técnico num país levar o seu conhecimento e aplicá-lo num outro país. A melhor maneira de tentar analisar e criticar a participação de um técnico estrangeiro em nosso país, eu tenho a impressão deveria ser nestes termos: O indivíduo antes deveria se localizar num país mais atrasado que o Brasil, por exemplo, se localizar dando assistência técnica na Rodésia do Sul, Madagascar ou mais perto ainda, no Paraguai. Eu que tenho tido a felicidade de algumas

ofertas de trabalho no exterior, sempre imagino a redução que sofreria na minha limitada capacidade técnica quando aplicada em outro país. Na melhor das hipóteses eu poderia aplicar 50 ou 60% da minha capacidade, e isso já seria o suficiente. Tenho a impressão de que a assistência técnica é sempre útil, ela deve vir de quantos lugares possa vir, e nós devemos dar as boas vindas sempre que ela for oferecida. Quando ela vem "no escuro", evidentemente é um risco que nós tomamos, mas se nós formos analisar o custo que ela encerra para nós e que é tão pouco, ela deve ser bem-vinda em qualquer hipótese. Muito obrigado.

Dr. Ramon Garcia

Inicialmente, invertendo a citação do Magnífico Reitor na pág. 12, citação do Pe. Lebret, eu peço desculpas por ser breve, já que teria bastante tempo para me alongar. Gostaria de dividir a minha intervenção em dois aspectos: naquilo que se refere à assistência técnica internacional e a maneira pela qual a assistência é normalmente levada aos agricultores brasileiros. Estranha muita a mim, que no período acadêmico estudei com professor americano e mesmo depois de formado tenho trabalhado em cooperação com técnicos americanos, ver falar em cooperação técnica internacional sem ver uma citação enfim a tóda uma escola francesa, a tóda mesmo uma escola dos países escandinavos, onde existe Institutos especiais para equacionamento de problemas de países subdesenvolvidos. Parece-me que não se faz justiça quando se fala em cooperação técnica internacional e não se leva em consideração tóda uma metodologia, tóda, vamos dizer assim, uma solidificação, uma sedimentação de conhecimentos que existe de institutos especializados na França. Com relação ao problema de assistência técnica ao nível nacional, eu tenho uma opinião muito particular. Não é uma posição muito reflexiva, é mais uma constatação daquilo que eu vejo. Parece-me que os problemas de atendimento aos agricultores ficam mais bem equacionados quando se vê o negócio numa perspectiva global, quando se leva em termos de planejamento regional. Muito bem, a assistência técnica nos moldes em que é feita, de um indivíduo, isto é, um agrônomo regional sendo um agente de mudanças, tentando levar nova tecnologia, tentando mudanças de valores e organizando socialmente uma comunidade, sofre uma série de limitações. Na 2.^a feira mesmo eu estive conversando com um colega nosso,

agrônomo regional de Orangaba, e êle se via colocado numa situação quase impossível de trabalho. E dizia êle: “Na região onde eu trabalho existem fundamentalmente dois grupos bem organizados, isto é, aceitos na comunidade como pessoa para pessoa. Neste sentido parece-me que um plano fazer qualquer tipo de organização, qualquer tipo de trabalho assistencial, ou fico bem com um grupo ou fico bem com o outro”. Isto parece que foi bem abordado em suas linhas gerais pelo colega Queda, quando citou o problema da estrutura do poder numa pequena comunidade rural. Ora, êste rapaz é um profissional, a sociedade investiu nêle uma soma para que êle pelo menos possa realizar um trabalho e possa render pelo menos o juro do capital investido nêle. Êle se vê impossibilitado de qualquer tipo de ação de pessoa para pessoa. Neste sentido parece-me que um plano que visasse ao estacionamento dos problemas na sua natureza global, vendo uma alternativa de investimento, vendo o tipo de organização que pudesse ser levada, a essa dada comunidade e outros problemas mais, atingiria com muito mais eficiência, com mais efetividade, do que um tipo de trabalho de pessoa para pessoa. É mais ou menos clássico o exemplo de que no Brasil o menor município tem pelo menos 10.000 ou 5.000, vamos dizer, famílias. O tempo então poderia dispor um agente de mudança que viesse a estabelecer seu trabalho com esta dinâmica, atendendo famílias ou reunindo um grande número de agricultores. Eu não sou contra êste tipo de trabalho, eu acho que deve existir, mas deve também ter um planejamento regional para que o indivíduo possa vincular o seu serviço a uma perspectiva global. Era isto o que tinha para dizer e muito mais, em termos de preocupação e de uma posição definida com relação à assistência técnica.